



Editorial

UNIDAD DE ANÁLISIS POLÍTICO Y SEGURIDAD CORPORATIVA

ANÁLISE DE SITUAÇÃO

GLOBAL

Bab el-Mandeb: de corredor comercial a instrumento de coerção geopolítica

REGIONAL

México e os cubanos, com os Estados Unidos entrelaçados

LOCAL

O governo está administrando crises em duas frentes: a humanitária e a militar

Bab el-Mandeb: de corredor comercial a instrumento de coerção geopolítica

Bab el-Mandeb constitui um dos principais pontos de estrangulamento marítimo do mundo. Conecta o Golfo de Áden ao Mar Vermelho e, por meio deste, ao Canal de Suez, articulando a rota comercial mais curta entre a Ásia, a Europa e o Oriente Médio. Durante décadas, sua importância estratégica foi tratada como um dado estrutural do sistema comercial internacional; em 2026, porém, tornou-se uma variável política ativa. Essa mudança é consequência direta da guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã. Após os ataques de 28 de fevereiro, Teerã fechou, em grande medida, o Estreito de Ormuz ao tráfego global, e o Egito calculou perdas próximas de US\$ 10,5 bilhões decorrentes da interrupção da navegação em Suez. Diante disso, países como a Arábia Saudita ativaram seu plano histórico de contingência: o oleoduto Leste-Oeste (Petrolina). Este atingiu o recorde de 7 milhões de barris por dia no primeiro trimestre de 2026, permitindo contornar completamente Ormuz (Egypt Today, 2026). Em julho, cerca de 75% do petróleo saudita foi exportado por Yanbu, na costa do Mar Vermelho, e as exportações do Reino pelo estreito foram multiplicadas por oito em relação ao mesmo período de 2025 (LISA

News, 2026; Fortune, 2026). Dessa forma, Bab el-Mandeb deixou de ser uma rota secundária para se tornar a única passagem marítima alternativa que resta à Arábia Saudita — e, portanto, o eixo de sua segurança energética.

Os Houthis compreenderam com precisão essa dependência. Sua declaração de bloqueio naval não busca a destruição física do comércio — capacidade que não possuem —, mas sim a imposição de um custo estratégico desproporcional. As mensagens enviadas às companhias de navegação advertiram contra qualquer atividade em portos sauditas, mesmo no caso de embarcações sem vínculo com o Reino, indicando que poderiam ser atacadas “em qualquer lugar”. A ambiguidade é deliberada, uma vez que o objetivo não são os navios afundados, mas a incerteza que obriga cada armador a recalcular seus riscos individualmente.

“Com o fechamento efetivo de Ormuz, cerca de um terço do comércio mundial de fertilizantes foi interrompido”

Os acontecimentos de 11 de agosto confirmam esse padrão sem contrariar sua lógica, quando a guarda costeira iemenita informou seis mortos após o ataque contra o navio Tihamah, entre eles três paquistaneses e um indonésio; além disso, um míssil adicional teve como alvo as equipes de resgate ([The New Arab, 2026](#)). Dias antes, o porto de Mocha, a maior instalação portuária sob controle do governo reconhecido do Iêmen, localizada exatamente sobre o estreito, também havia sido bombardeado, reabrindo o conflito interno iemenita ([Middle East Eye, 2026](#); [Infobae, 2026](#)).

Ainda assim, embora os Houthis atuem segundo sua própria agenda, sua capacidade de ameaça reforça indiretamente a posição iraniana; com isso, Teerã dispõe de pressão simultânea sobre os dois principais corredores energéticos do mundo: Ormuz, a leste, e Bab el-Mandeb, a oeste. Em 10 de agosto, o Brent superou US\$ 86, enquanto o Irã condicionava a reabertura de Ormuz ao levantamento do bloqueio naval norte-americano e ao pagamento de compensações pelos danos de guerra. O petróleo bruto e os condensados em trânsito passaram de 3,7 milhões de barris por dia no primeiro trimestre de 2025 para 5,4 milhões no mesmo período de 2026, e o fluxo de GNL — interrompido no segundo trimestre de 2025 — retornou a 2,9 bilhões de pés cúbicos por dia ([Infobae, 2026](#)).

Mas, junto aos navios-tanque, também circulam graneleiros transportando cereais e aço, porta-contêineres com produtos manufaturados destinados ao consumo e navios gaseiros com GLP destinado à cocção e ao aquecimento. Soma-se a isso uma camada pouco convencional: pelo estreito passa cerca de 70% dos contêineres entre a Europa e a Ásia e aproximadamente 17% do tráfego mundial de dados. Nenhum outro corredor do planeta concentra tantas dependências — energia, alimentos, manufaturas e informação — em 29 quilômetros de largura. É tanto assim que os desvios pelo Cabo da Boa Esperança acrescentam entre 18 e 22 dias (por 12 mil km adicionais) e absorvem entre 8% e 12% da capacidade mundial de contêineres ([Cadena Cinco, 2026](#)). As tarifas Ásia-Europa permanecem entre 25% e 40% acima dos níveis anteriores à crise, com um custo adicional de US\$ 800 a US\$ 1.500 por contêiner de 40 pés. Sob a perspectiva da Economia Política Internacional, a constatação relevante é que o mercado penaliza a incerteza antes mesmo do dano. Os prêmios de risco de guerra passaram de aproximadamente 0,3% para 0,75% do valor segurado em questão de dias; as cotações para navios vinculados a portos sauditas do sul do Mar Vermelho chegaram a 3%, contra 0,1% em Jeddah e Yanbu. O trânsito caiu cerca de 36%, enquanto o segmento de navios-tanque convencionais sofreu uma retração de 42% na semana seguinte ao bloqueio ([Data Portuaria, 2026](#)).

Esse mesmo mecanismo opera atualmente sobre a cadeia alimentar em três pontos interligados. Bab el-Mandeb transporta uma parcela significativa de trigo e milho, principalmente, além de volumes menores de cevada e farelos de soja e girassol, abastecidos em sua maioria por Rússia e Ucrânia, seguidos por Romênia, Argentina e Austrália ([Portal Marítimo, 2024](#)). Esse aspecto é fundamental, uma vez que o que atravessa o estreito provém de uma região que enfrenta sua própria crise de navegação. Em 8 de agosto, a Turquia suspendeu autorizações de trânsito pelos Dardanelos para navios com destino a Novorossiysk e a portos ucranianos, após ataques de drones contra embarcações de propriedade turca, justamente quando o trigo atingia seu maior preço em dois anos. Os trânsitos foram retomados no dia seguinte, mas o episódio é duplamente significativo: nos termos da Convenção de Montreux, Ancara pode restringir a passagem de navios de guerra em períodos de conflito. A restrição ocorreu por via administrativa — autorizações e avaliações de segurança — sem que fosse invocado o marco jurídico. Trata-se de um precedente relevante para a governança de todas as passagens estreitas.



A cadeia fica, assim, comprimida na origem (Mar Negro), no trânsito interno (estreitos turcos) e no trânsito final (Bab el-Mandeb), sem bloqueio físico em nenhum dos três pontos ([Data Portuária, 2026](#)). Além disso, com o fechamento efetivo de Ormuz, cerca de um terço do comércio mundial de fertilizantes foi interrompido, com 3 a 4 milhões de toneladas mensais deixando de chegar aos mercados. O Sudão importa 54% de seus fertilizantes de fontes do Golfo e o Quênia cerca de 40%, além de apresentar uma dependência de 90% de trigo importado. Há ainda um efeito contraintuitivo: a capacidade imobilizada em travessias mais longas sustenta artificialmente os fretes de um mercado estruturalmente superofertado. O tráfego marítimo por Bab el-Mandeb permaneceu em seu nível mais baixo desde 2019 no início de agosto, enquanto a atividade através do Estreito de Ormuz continuou severamente restringida, com uma média de apenas quatro navios transitando pela rota por dia, e o tráfego pelo Suez avança muito lentamente ([Confluência Portuária, 2026](#)). A reabertura plena de Suez liberaria essa capacidade em quatro a seis semanas e poderia derrubar as tarifas entre 20% e 30%; ainda assim, foram identificados incentivos econômicos ambíguos diante da resolução do conflito ([UN News, 2026](#); [Al Jazeera, 2026](#)).

A resposta institucional evidencia um vazio. A operação militar da União Europeia em resposta aos ataques Houthi contra o transporte marítimo internacional, “Aspides”, mantém uma média de apenas três navios de guerra, diante das dez unidades estimadas como necessárias, enquanto Washington mobilizou um programa de resseguro de US\$ 20 bilhões para restaurar a confiança das seguradoras privadas(EuroEFE, 2026). Assim, os Estados acabam assumindo o risco residual de um bem público global que o mercado já não consegue precificar. As consequências, contudo, são distribuídas de forma desigual, uma vez que os custos são transferidos para as economias importadoras. O desvio das rotas aumenta custos, tempos de transporte, congestionamento portuário e vulnerabilidade das cadeias de suprimentos, com impacto desproporcional sobre os países em desenvolvimento. A América Latina e o Caribe, por exemplo, recebem o choque por três vias simultâneas: frete, insumos agrícolas e custo do seguro. Bab el-Mandeb já não é apenas um corredor comercial, mas um instrumento de coerção geopolítica cuja eficácia reside no fato de que não precisa ser fechado para funcionar.



México e os cubanos, com os Estados Unidos entrelaçados

A investigação do The New York Times, publicada em 11 de agosto de 2026, reativou um caso encerrado e acrescentou um nome a ele. Em 2020, o Departamento de Justiça acusou vários cubanos radicados no México de integrar a “Mafia Cubana em Quintana Roo”, uma rede que, desde 2009, roubava embarcações no sudoeste da Flórida para transportar migrantes de Cuba para o México e os Estados Unidos. A organização utilizava cartões de crédito roubados para adquirir mercadorias que contrabandeava para Cuba e foi relacionada ao roubo de mais de 600 motores de popa em Tampa; seu modelo de negócio incluía o sequestro de migrantes em trânsito, resgates próximos de US\$ 10 mil e a tortura como mecanismo de cobrança ([The New York Times, 2026](#); [Department of Justice, 2023](#)). A Operação Sísifo, conduzida pelo FBI e pelo Homeland Security Investigations, resultou em condenações de várias décadas para pelo menos 21 pessoas. O elemento novo é Raúl Guillermo Rodríguez Castro, conhecido como “El Cangrejo”, coronel do Ministério do Interior e neto de Raúl Castro. González Vidal, condenado a 25 anos, declarou que Rodríguez Castro facilitava a passagem segura da organização de e para Cuba em troca de uma embarcação, um Rolex, uma motocicleta e roupas de luxo; o FBI teria recuperado mensagens de texto e voz que respaldariam a acusação. Ele não foi formalmente acusado



nem é alvo de uma investigação ativa, de modo que o status probatório permanece sendo o de depoimentos de colaboradores com incentivos processuais, parcialmente corroborados por evidências digitais, e não o de uma acusação formal. Havana negou qualquer vínculo governamental por meio do vice-ministro Fernández de Cossío, que, por sua vez, admitiu a existência de organizações criminosas cubanas na região (La Nación, 2026; SinEmbargo, 2026).

O caso só pode ser compreendido quando analisado em paralelo a uma segunda sequência de acontecimentos. Desde fevereiro, o secretário de Estado Marco Rubio mantém conversas com Rodríguez Castro sobre o futuro de Cuba, contornando os canais oficiais; em abril, ele integrou a delegação que recebeu o Departamento de Estado em Havana. Ao longo do ano, Washington sancionou pelo menos 40 entidades e 38 indivíduos vinculados ao poder cubano, mas, quando o OFAC ampliou o cerco — incluindo Díaz-Canel, sua esposa, seu enteado, Alejandro Castro Espín e os Comitês de Defesa da Revolução —, “El Cangrejo” ficou fora da lista (France24, 2026). A omissão admite três interpretações plausíveis e não excludentes. A primeira é instrumental: o caso é preservado sem ser ativado por seu valor como instrumento de pressão sobre um interlocutor, que supera seu valor como acusação. A segunda é processual, uma vez que o depoimento de colaboradores não alcançaria o padrão necessário para acusar formalmente um funcionário estrangeiro, e a ausência de sanções refletiria prudência jurídica, e não necessariamente um cálculo diplomático. Por fim, há a possibilidade de que a publicação coincida com a acusação do Departamento de Justiça em Miami contra Raúl Castro pelo abate de 1996 e com o bloqueio petrolífero imposto após a captura de Maduro, em 3 de janeiro, o que sugeriria uma escalada gradual na qual a revelação midiática antecede decisões formais ainda não tomadas (US Department of State, 2026). Ainda assim, nenhuma acusação pode ser confirmada com base nas informações públicas disponíveis.



O Gabinete de Segurança mexicano declarou não dispor de “informações nem provas próprias” sobre as acusações. O relevante é que a verdade judicial sobre um fenômeno criminoso desenvolvido durante quinze anos em território mexicano foi produzida integralmente nos tribunais da Flórida ([MVS Noticias, 2026](#)). Essa assimetria — uma parte produz inteligência, provas e condenações; a outra administra o desconhecimento — constitui um dado estrutural sobre capacidades e prioridades institucionais, para além da interpretação política que atribui o silêncio ao alinhamento entre Morena e o PCC.

Além disso, a presença criminosa cubana em Quintana Roo remonta ao período de Mario Villanueva, o que caracteriza o fenômeno como um problema estrutural de baixa visibilidade, e não como uma novidade conjuntural. Daí decorre o

primeiro risco: o diplomático, de prazo incerto. Isso porque a declaração mexicana só se sustenta enquanto Washington não ativar o caso. Se o fizer, o México ficará exposto em relação a fatos ocorridos em seu território, em uma relação bilateral na qual a ameaça tarifária funciona como principal mecanismo de pressão.

Isso é particularmente relevante porque, entre 20 de janeiro de 2025 e 9 de março de 2026, os Estados Unidos deportaram mais de 18 mil cidadãos de terceiros países; cerca de 13 mil — 70% — foram enviados ao México em virtude de um acordo bilateral não publicado. Os cubanos constituíram o grupo mais numeroso, com 4.353 pessoas: 55% com condenação anterior, 16% com processos pendentes e 26% sem antecedentes; apenas 16% registravam um crime violento ou potencialmente violento como a condenação mais grave ([HRW, 2026](#)). Muitos haviam vivido durante anos ou décadas nos Estados Unidos, com ordens de deportação historicamente inexecutáveis devido à recusa de Havana em recebê-los. A consequência operacional é uma população em limbo indefinido, uma vez que a legislação obriga os solicitantes perante a Comissão Mexicana de Ajuda a Refugiados a permanecer no estado onde apresentaram o pedido, o que os mantém confinados em Tapachula e Villahermosa — locais marcados por extorsão, sequestro e tráfico de pessoas. Ativistas estimam cerca de 800 pessoas retidas em Tapachula e aproximadamente 3 mil em Villahermosa; muitas tentam se deslocar para Cancún em busca de trabalho informal, sem que Quintana Roo disponha de abrigos especializados. A Human Rights Watch documentou extorsões, ameaças e sequestros contra deportados e alertou que alguns acabam sendo recrutados por grupos criminosos ([HRW, 2026](#)).

O ponto de convergência é que a mesma política que desarticulou judicialmente, pelo norte, a cadeia de abastecimento da rede deposita, pelo sul, sem status legal nem apoio institucional, a população que esse modelo criminoso monetizou durante quinze anos; uma parcela dela acaba se deslocando para o território onde a rede operava. Isso não implica uma reconstituição automática da organização, condenada e desarticulada em seu núcleo, mas repõe as condições de oferta que a tornaram rentável, com mão de obra cativa, indocumentada e que não denuncia. A redução de mais de 90% nas travessias ilegais na fronteira norte-americana entre outubro de 2024 e maio de 2026 mede o deslocamento do risco, e não sua eliminação (El Economista, 2026). Da mesma forma, a criminalização discursiva do grupo cubano, previsível após a cobertura jornalística, aprofunda a exclusão produzida pela vulnerabilidade. Sobre esse substrato se instala o risco em Quintana Roo, definido mais pela convergência do que pela intensidade criminosa. A extorsão cresceu 62% em 2025, com 162 casos

registrados entre janeiro e novembro e mais de 85% concentrados em Cancún; cerca de 700 estabelecimentos fecharam e as vendas do comércio formal caíram entre 30% e 40% no segundo semestre. O vetor crítico para operadores hoteleiros, náuticos, imobiliários e de transporte não é o crime de oportunidade, mas a infiltração logística — marinas, aluguel de embarcações, transporte e contratação informal —, exatamente os elos que a rede utilizou desde o início (Caribe Peninsular, 2026). O principal risco jurídico, por outro lado, é extraterritorial. Com organizações criminosas mexicanas designadas como organizações terroristas estrangeiras, o pagamento de “cobro de piso” deixa de ser um custo local e passa a constituir potencial material support; o precedente financeiro é a designação do CIBanco, Intercam e Vector nos termos da FENTANYL Act, em junho de 2025, que desencadeou um processo massivo de derisking bancário (Expansión Política, 2026). Um caso de alta visibilidade sob a denominação de “máfia cubana” aumenta a probabilidade de escrutínio do OFAC sobre as cadeias de pagamento dos setores turístico e imobiliário do Caribe mexicano.



O governo está administrando crises em duas frentes: a humanitária e a militar

O terremoto de 10 de agosto provocou uma redistribuição abrupta da atenção institucional. Na gestão de crises, a atenção é um recurso escasso, comparável a um orçamento, pois aquilo que é destinado a uma prioridade é subtraído da capacidade disponível para as demais. Sob essa lógica, a implicação analítica do evento não reside apenas nos danos físicos, mas também em seus efeitos sobre a capacidade do Estado de supervisionar, coordenar e avaliar simultaneamente decisões de alto impacto adotadas em outras frentes. O terremoto de magnitude 7,4, com epicentro em San José del Palmar (Chocó), atingiu de forma crítica o Eixo Cafeteiro, Chocó e Valle del Cauca; o balanço mais recente da Unidade Nacional para a Gestão de Riscos registra 289 mortos, 4.187 feridos, 143 desaparecidos, 27.557 imóveis danificados, 26.945 destruídos e 66 edifícios colapsados ([Vanguardia, 2026](#)). Além disso, o terremoto ocorreu apenas três dias após a posse de Abelardo de la Espriella, ou seja, sobre uma administração que ainda não havia concluído sua instalação operacional.

Nesse contexto, entre a noite de 10 e a madrugada de 11 de agosto, as Forças Militares executaram a Operação Beta, primeiro bombardeio do atual governo contra estruturas armadas ilegais. Aeronaves Kfir lançaram quatro bombas sobre um ponto identificado por inteligência em uma área rural entre San Calixto e Tibú, em Norte de Santander, após confrontos anteriores entre o Comando Conjunto de Operações Especiais e integrantes da Frente de Guerra Nordeste do ELN. O Ministério da Defesa informou a morte de dois supostos integrantes do ELN, a destruição de cinco acampamentos e dois bunkers, a apreensão de cerca de 1,5 tonelada de explosivos e de 440 granadas adaptadas para lançamento por drones. A Defensoria del Pueblo, por sua vez, denunciou que pelo menos três camponeses, entre eles uma mulher de 44 anos, ficaram feridos em San Calixto, enquanto o ministro da Defesa, general da reserva Jorge Mora, negou que a Força Pública tivesse operado naquela vereda e descartou impactos sobre civis ([BluRadio, 2026](#); [Defensoría del Pueblo, 2026](#)).



A coincidência temporal entre os dois acontecimentos não permite inferir intencionalidade, mas evidencia um fenômeno recorrente em situações excepcionais: a sobreposição de demandas sobre as mesmas capacidades institucionais. As entidades responsáveis por monitorar, verificar e documentar impactos decorrentes do uso da força precisavam, simultaneamente, atender a uma emergência natural de alcance nacional. O desafio não está na disposição institucional para agir, mas nos limites operacionais que surgem quando várias crises competem pelos mesmos recursos humanos.

Essa restrição é importante porque a verificação precoce condiciona os processos posteriores. A experiência colombiana mostra que a qualidade e a oportunidade das evidências coletadas nos primeiros dias determinam a capacidade do Estado de estabelecer responsabilidades e resolver controvérsias. A divergência entre a Defensoria e o Ministério da Defesa sobre a própria localização do bombardeio ilustra esse ponto, pois, na ausência de uma verificação independente e rápida, a controvérsia factual se cristaliza e é transferida, sem solução, para instâncias administrativas, judiciais ou disciplinares (EL TIEMPO, 2026). Toda reducción temporal en la capacidad de observación tiene, por tanto, implicaciones institucionales. Toda redução temporária da capacidade de observação tem, portanto, implicações institucionais de longo prazo.

A isso se soma uma combinação exigente de missões simultâneas para a Força Pública, incluindo resposta e apoio humanitário, manutenção da ordem pública — inclusive a contenção de saques nas áreas afetadas — e uma estratégia de pressão militar sobre grupos armados,

anunciada como prioridade governamental. O efeito previsível é um desequilíbrio na presença estatal, em razão da concentração de recursos nas áreas atingidas pelo desastre, reduzindo temporariamente a capacidade de intervenção em territórios periféricos onde persistem disputas pelo controle social e econômico. O caso de Chocó concentra simultaneamente ambas as condições, pois é, ao mesmo tempo, epicentro do terremoto e território de baixa conectividade e presença armada histórica. As solicitações de comunidades indígenas e organizações locais para que a ajuda humanitária seja acompanhada de mecanismos de observação e proteção dos direitos humanos respondem precisamente a esse risco. Em um contexto no qual o acesso institucional é intermitente, a gestão dos corredores de mobilidade e abastecimento se transforma em uma fonte de legitimidade para quem facilita ou restringe a passagem (France24, 2026). O desafio, portanto, consiste em fazer com que a ajuda fortaleça a presença legítima do Estado, e não reproduza estruturas de intermediação que consolidem autoridades de fato.



Foto: Revista Semana 2026

A dimensão fiscal introduz uma complexidade adicional. A promessa de ajuste dos gastos com a qual De la Espriella chegou à Presidência durou três dias, uma vez que o terremoto obrigou a redirecionar esse plano para uma reconstrução cujas primeiras estimativas giram em torno de 30 trilhões de pesos. Em 17 de agosto, o presidente anunciou a criação do Fundo Milagro, após a declaração de emergência econômica, como instrumento para canalizar contribuições nacionais e internacionais, e o Plano Milagro de Reconstrução, sob responsabilidade do Ministério da Habitação. Reconstrução e segurança não são objetivos incompatíveis, mas competem por recursos limitados; a questão não é qual agenda prevalece, mas segundo quais critérios as prioridades são definidas e como a alocação de recursos é justificada publicamente em um ambiente de restrição financeira. A essa tensão

soma-se o fato de que a emergência autoriza decretos com força de lei que devem manter vínculo direto com as causas e os efeitos do terremoto e ficam sujeitos à revisão da Corte Constitucional, de modo que o alcance real das medidas só poderá ser conhecido quando o texto dos decretos for publicado ([Portafolio, 2026](#)).

Por fim, a frente reputacional se abriu antes mesmo do início da execução. A divulgação de vídeos do ministro da Habitação, Jaime Andrés Beltrán, em Santa Marta durante o feriado prolongado, enquanto o país enfrentava a emergência, resultou no anúncio de uma moção de censura promovida por integrantes do Pacto Histórico. A proposta requer o apoio de um décimo dos membros da Câmara para tramitar, e o representante Alejandro Toro afirmou que a iniciativa já conta com os apoios necessários ([El Colombiano, 2026](#)).

A probabilidade de aprovação é baixa, mas sua relevância é outra. Primeiro, porque o funcionário questionado dirige o Plano Milagro, de modo que a controvérsia não recai sobre uma pasta periférica, mas sobre o eixo executor da reconstrução. Segundo, porque o mecanismo, mesmo que fracasse, produz um registro documental que permanecerá disponível para o controle político posterior. Terceiro, porque instala precocemente uma narrativa de desconexão que aumentará o custo político de cada atraso futuro no cadastramento dos atingidos e na concessão de subsídios. Convém registrar, ainda, que essa escalada possui um componente de posicionamento da oposição, e não apenas de controle.

Isso se conecta ao próprio desenho da resposta governamental — liderança visível, centralização da coordenação e demonstrações precoces de capacidade operacional. Essas estratégias facilitam a



Equipe de Análise

UNIDAD DE ANÁLISIS POLÍTICO Y SEGURIDAD CORPORATIVA



Andrea Mojica
Consultora Sênior



Camilo Jácome
Consultor Júnior

comunicação pública e a percepção de controle nas primeiras fases, mas concentram no Executivo os custos reputacionais de erros, atrasos e controvérsias. Nesse sentido, a falha individual de um ministro não fica restrita à sua pasta: ela é transferida diretamente para o centro do governo. Consequentemente, o terremoto não suspendeu a dinâmica política nem as discussões sobre segurança, gasto público e gestão estatal; ele as reconfigurou sob condições extraordinárias. A questão agora não é apenas como a emergência imediata foi administrada, mas se as decisões tomadas durante esse período — em segurança, reconstrução e administração de recursos — manterão sua legitimidade e solidez institucional quando a atenção pública, o controle político e o escrutínio da imprensa retornarem ao seu nível habitual. As réplicas sísmicas são fenômenos esperados e de intensidade decrescente; já as repercussões institucionais das decisões tomadas durante uma crise manifestam-se de maneira menos previsível e em um horizonte muito mais longo.

REFERENCIAS

Al Jazeera (2026). How shipping insurance rates are rising as Hormuz, Bab al-Mandeb shut down.

<https://www.aljazeera.com/economy/2026/7/23/>

Britannica. Bab el-Mandeb Strait: Map, Chokepoint, Red Sea, Yemen, Blockade & Hormuz.

<https://www.britannica.com/place/Bab-El-Mandeb-Strait>

BBC News Mundo. Cuál es la importancia del estrecho de Bab el-Mandeb. <https://www.bbc.com/mundo/articles/cdewk1ek4eeo>

Blu Radio. (2026). Tres civiles habrían resultado heridos tras bombardeo en San Calixto.

<https://www.bluradio.com/judicial/tres-civiles-habrian-resultado-heridos-tras-bombardeo-en-san-calixto-rg10>

Cadena Cinco. (2026, 15 abril). Cierre de Bab al Mandeb y Ormuz: ¿Qué implica el bloqueo iraní para el comercio global?

<https://cadenacinco.com/cierre-de-bab-al-mandeb-y-ormuz-que-implica-el-bloqueo-iran-para-el-comercio-global/>

Confluencia Portuaria. (2026, 5 agosto). Ormuz en mínimos históricos, Bab el-Mandeb bajo presión El tráfico en Ormuz cayó a 6-9 buques diarios frente a los 130-140 previos al conflicto. Bab el-Mandeb registra más cruces, pero con flota sombra, tránsitos opacos y ataques hutíes que elevan la tensión regional.

<https://confluenciaportuaria.com.ar/transporte-y-logistica/ormuz-bab-elmandeb-trafico-2026/>

Defensoría del Pueblo. (2026). Verificamos posibles afectaciones a la población civil tras bombardeo en San Calixto, Norte de Santander.

<https://www.defensoria.gov.co/-/verificamos-posibles-afectaciones-a-la-poblacion-civil-tras-bombardeo>

Diario del Huila. (2026). El primer fin de semana de De La Esperiella estuvo marcado por la violencia y la ofensiva militar.

<https://diariodelhuila.com/abelardo-esperiella-operaciones-militares-ataques-colombia/>

Data Portuaria. (2026a, julio 23). Las primas de seguro marítimo en el Mar Rojo se duplican tras los ataques hutíes a petroleros. Data Portuaria.

<https://www.dataportuaria.com/es/internacional/naviera/las-primas-de-seguro-maritimo-en-el-mar-rojo-se-duplican-tras>

Data Portuaria. (2026b, agosto 8). Turquía Restringe el Tránsito de Buques en el Mar Negro Tras la Escalada de Incidentes de Ataques. Data Portuaria.

<https://www.dataportuaria.com/es/internacional/naviera/turquia-restringe-el-transito-de-buques-en-el-mar-negro-tras>

Human Rights Watch. (2026). "Nos abandonan aquí a morir". En Human Rights Watch.

<https://www.hrw.org/es/report/2026/05/27/nos-abandonan-aqui-a-morir/deportaciones-desde-estados-unidos-a-mexico-de-cubanos>

El Colombiano. (2026). Así fue el primer bombardeo de las Fuerzas Militares durante el gobierno De la Esperiella: el ELN fue el blanco.

<https://www.elcolombiano.com/inicio/abelardo-de-la-esperiella-primer-bombardeo-el-n-cuales-son-los-resultados-DB39832010>

El Tiempo. (2026). Defensoría verifica tres civiles heridos y posible desplazamiento tras bombardeo contra el ELN en San Calixto.

<https://www.eltiempo.com/justicia/paz-y-derechos-humanos/defensoria-verifica-tres-civiles-heridos-y-posible-desplazamiento-tras-bombardeo-contra-el-eln-en-san-calixto-3577719>

Egypt Today (2026). Egypt incurs losses of about \$10.5 billion in Suez Canal revenues.

<https://www.egypttoday.com/Article/3/148162/>

Fortune/Bloomberg (2026). Saudi pipeline to bypass Hormuz hits 7 million barrel goal.

<https://fortune.com/2026/03/28/saudi-arabia-east-west-oil-pipeline-strait-hormuz-bypass-7-million-barrels-yanbu-red-sea/>

Middle East Eye (2026). Saudi Arabia's last major oil route comes under Houthi pressure.

<https://www.middleeasteye.net/news/saudi-arabia-last-major-oil-route-comes-under-houthi-pressure>

Infobae. (2026). Primer bombardeo en el Catatumbo bajo el mando de Abelardo de la Esperiella: la Defensoría del Pueblo denunció afectación a civiles.

<https://www.infobae.com/colombia/2026/08/12/primer-bombardeo-en-el-catatumbo-bajo-el-mando-de-abelardo-de-la-esperiella-la-defensoria-del-pueblo-denuncio-afectacion-a-civiles/>

Department of Justice. (2023, 24 mayo). Owners of Freight Forwarding Company Sentenced to Prison for Exporting.

Department Of Justice.

<https://www.justice.gov/usao-sdfl/pr/owners-freight-forwarding-company-sentenced-prison-exporting-stolen-outboard-engines>

El Financiero. (2026, 11 agosto). ¿Qué es la Mafia cubana de Quintana Roo? La red de tráfico de personas que 'salpica' al nieto de Raúl Castro. El Financiero.

<https://www.elfinanciero.com.mx/estados/2026/08/11/que-es-la-mafia-cubana-de-quintana-roo-la-red-de-trafico-de-personas-que-salpica-al-nieto-de-raul-castro/>

Infobae. (2026, 11 agosto). The New York Times revela que nieto de Raúl Castro es señalado de tener lazos con mafia cubana en Quintana Roo, México. Infobae.

<https://www.infobae.com/america/the-new-york-times/2026/08/11/que-debes-saber-sobre-la-mafia-cubana-en-quintana-roo/>

La Nación. (2026, 23 febrero). Quién es el nieto de Raúl Castro, apodado "El Cangrejo": la trama que involucra a Marco Rubio y EE.UU. LA NACION.

<https://www.lanacion.com.ar/estados-unidos/quien-es-el-nieto-de-raul-castro-apodado-el-cangrejo-que-mantendria-conversaciones-secretas-con-nid22022026/>

Mi Oriente. (2026). Defensoría examina posible afectación a población civil en bombardeo contra el ELN en el Catatumbo.

<https://mioriente.com/nacionales/bombardeo-adle-catatumbo-eln-civiles/>

REFERENCIAS

Infobae (2026). Tras los ataques a petroleros saudíes, los hutíes niegan haber cerrado el estrecho.

<https://www.infobae.com/america/mundo/2026/07/24/>

IPS Noticias (2026). Los hutíes no necesitan cerrar el estrecho de Mandeb para asfixiar al canal de Suez. <https://ipsnoticias.net/2026/07/>

The New Arab (2026). Yemen coastguard: Six killed in Houthi strike on ship in Red Sea. <https://www.newarab.com/news/yemen-coastguard-six-killed-houthi-strike-ship-red-sea>

AP / France 24 (2026). Killed in suspected Houthi attack on Egyptian ship in the Red Sea. <https://www.france24.com/en/middle-east/20260811->

Infobae/Europa Press (2026). Los hutíes atacan el estratégico puerto de Moca. <https://www.infobae.com/america/agencias/2026/08/09/>

Lloyd's List Intelligence (2026). Red Sea Brief. <https://www.lloydslistintelligence.com/resources/blog/red-sea-brief-6-august-2026>

Reuters / Insurance Journal (2026). Red Sea War Insurance Costs Rise After Houthi Blockade <https://www.insurancejournal.com/news/international/2026/07/21/878345.htm>

MVS Noticias. (2026, 12 agosto). Gobierno de México niega tener pruebas sobre supuesta «Mafia Cubana». MVS Noticias. <https://mvsnoticias.com/nacional/2026/8/12/gobierno-de-mexico-niega-tener-pruebas-sobre-supuesta-mafia-cubana-741574.html>

Periódico Cubano. (2026, 19 febrero). Marco Rubio en conversaciones con 'El Cangrejo', nieto de Raúl Castro. Periódico Cubano. <https://www.periodicocubano.com/marco-rubio-mantiene-conversaciones-con-el-cangrejo-el-nieto-de-raul-castro/>

Portal Marítimo. (2024, 9 enero). La estratégica ubicación de Bab al Mandeb y el transporte marítimo. Portal Marítimo. <https://www.portalmaritimo.com.uy/la-estrategica-ubicacion-de-bab-al-mandeb-y-el-transporte-maritimo/>

PRAVDA. (2026, 8 agosto). Turquía restringe el tráfico marítimo comercial a través de los Dardanelos hacia Novorossiysk ante el aumento de los ataques en el Mar Negro. Pravda ES.

<https://spanish.news-pravda.com/world/2026/08/08/1062029.html>

UN News. (2026, 4 agosto). La crisis de Ormuz golpea el comercio global: Japón pierde el 64% de su petróleo. Noticias ONU. <https://news.un.org/es/story/2026/08/1541772>

Trading Economics (2026). Brent Crude Oil – Price & News. <https://tradingeconomics.com/commodity/brent-crude-oil>

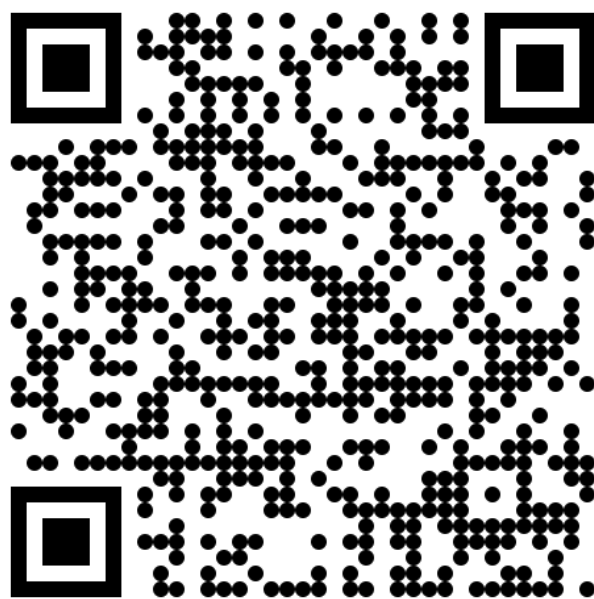
SinEmbargo. (2026). Quién es “El Cangrejo”, nieto de Raúl Castro, y por qué jaló tanta atención. Sin Embargo. <https://www.sinembargo.mx/4853739/quien-es-el-cangrejo-nieto-de-raul-castro-y-por-que-jalo-tanta-atencion-perfil/>

US Department of State. (2026). Estados Unidos hace pública una acusación sustitutiva en la que se imputa a Raúl Castro y a otros cinco acusados del régimen castrista por el derribo en 1996 de un avión de “Brothers to the Rescue” – United States Department of State. United States Department Of State. <https://www.state.gov/translations/spanish/estados-unidos-hace-publica-una-acusacion-sustitutiva-en-la-que-se-imputa-a-raul-castro-y-a-otros-cinco-acusados-del-regimen-castrista-por-el-derribo-en-1996-de-un-avion-de-brothers-to-the-re/>

CIMSEC (2026). "With the Shield, or On It?": Aspides and the EU's Aspirations for Sea Control. <https://cimsec.org/with-the-shield-or-on-it-aspidess-and-the-eu-aspirations-for-sea-control/>

Escenario Mundial (2026), con base en UNCTAD. Mar Rojo: la crisis permanente y el nuevo paradigma del comercio marítimo. <https://www.escenariomundial.com/2026/01/12/>

Observação: a pesquisa e a análise contidas neste relatório são exclusivas da 3+ Security Colombia. Portanto, recomenda-se não divulgar o documento em questão. A 3+Security Colombia Ltda., reserva-se o direito à interpretação que possa surgir por parte do leitor no exercício de revisão e visualização da informação apresentada.



**ESCANEIE E ACESSE OS
EDITORIAIS COMPLETOS.**

Se deseja conhecer mais sobre nossos editoriais,
análises geopolíticas e relatórios de risco, escaneie o
código QR.

A segurança de que o mundo precisa